

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
COCEPE. ATA Nº 10/92. Fls. 02

0043. será uma deliberação do próprio COCEPE, a ser discutida
0044. no item seguinte. Continuando, o Professor Schlee fez uma
0045. breve referência acerca de correspondência expedida pelo
0046. Professor Amílcar de Almeida, Ministro da Educação, ao Senhor
0047. Ministro da Universidade Federal de Pelotas.
0048. **CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO**
0049. leva ao conhecimento do Senhor Ministro da necessidade de
0050. serem liberadas os concursos, reconhecidas as vagas
0051. existentes e procedidas as nomeações, de forma a
0052. assegurar o funcionamento normal da instituição.
0053. Salientou o Senhor Presidente que, apesar de o COCEPE e a
0054. UFPel como um todo, a T A Nº 10/92, todos os esforços no
0055. sentido de agilizar os concursos, têm havido dificuldades
0056. na liberação das nomeações junto ao MEC. **Item 3. Concurso**
0001. Aos dezessete dias do mês de junho do ano de mil
0002. novecentos e noventa e dois, com início às quatorze horas
0003. e trinta minutos, em no Gabinete da Vice-Reitoria,
0004. realizou-se uma sessão ordinária do Conselho Coordenador
0005. do Ensino, da Pesquisa e da Extensão - COCEPE, da
0006. Universidade Federal de Pelotas, a qual, previamente
0007. convocada e presidida pelo Professor Aldyr Garcia Schlee,
0008. Professor mais antigo na carreira do magistério dentre os
0009. membros do referido Conselho, contou com a participação
0010. dos seguintes conselheiros: Professores Luís Antonio
0011. Veríssimo Corrêa, em substituição à Pró-Reitora de
0012. Graduação e Assistência; Jorge Umberto Béria, em
0013. substituição ao Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação;
0014. Jorge Luís Martins, suplente da Representante do Conselho
0015. Universitário; Elizabeth de Souza Rodrigues Póvoa,
0016. suplente do Representante da área de Ciências Agrárias;
0017. Paulo Roberto Pelufo Foster, suplente do Representante da
0018. área de Ciências Exatas e Tecnologia; Tânia Maria Pereira
0019. Isolani, Representante da área de Ciências da Saúde e
0020. Biológicas; e José Rubens Silveira Acevedo, Representante
0021. da área de Ciências Humanas. Não compareceram o Professor
0022. Luiz Henrique Schuch, Vice-Reitor da UFPel e o Presidente
0023. do COCEPE por se encontrar licenciado e mais os
0024. conselheiros Eracy Lafuente Pereira e Lusiane Luz de
0025. Lima, Representantes discentes. Constatada a existência
0026. de quorum legal, o Professor Schlee, no exercício da
0027. Presidência, declarou aberta a sessão passando, de
0028. imediato, à apreciação da ordem do dia. **Item 1.**
0029. **Apreciação da Ata 08/92.** Colocada em discussão após nem
0030. votação, a mesma foi aprovada sem emendas. **Item 2.**
0031. **Correspondência recebida.** Foi dado conhecimento ao
0032. plenário de Ofício nº datado de 12.06.92 recebido da
0033. Direção da Escola Superior de Educação em Física,
0034. evidenciando a posição daquela Unidade quanto a uma questão
0035. da defesa de teses nos concursos, para a classe de
0036. Professor Titular. Também foi procedida a leitura do
0037. Ofício nº 084/92, de 11 de junho de 1992 da Faculdade de
0038. Veterinária dando a sua posição a respeito do assunto. A
0039. respeito desses expedientes, o Professor Schlee salientou
0040. que não tinham por finalidade definir o assunto pois,
0041. conforme proposição na última sessão do Conselho
0042. Universitário, a decisão geral para toda a Universidade

dy

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº 10/92. Fls. 02

0043. será uma deliberação do próprio COCEPE, a ser discutida
0044. no item seguinte. Continuando, o Professor Schlee fez uma
0045. breve referência acerca de correspondência expedida pelo
0046. Professor Amílcar G. Gigante, Magnífico Reitor, ao Senhor
0047. Ministro da Educação, na qual, a exemplo de outras
0048. Universidades, o Reitor, através de ampla argumentação
0049. leva ao conhecimento do Senhor Ministro da necessidade de
0050. serem liberados os concursos, reconhecidas as vagas
0051. existentes e de procedidas as nomeações, de forma a
0052. assegurar o funcionamento normal da Instituição.
0053. Salientou o Senhor Presidente que, apesar de o COCEPE e a
0054. UFPel como um todo estarem envidando todos os esforços no
0055. sentido de agilizar os concursos, têm havido dificuldades
0056. na liberação das nomeações junto ao MEC. **Item 3. Concurso**
0057. **para Professores Titulares.** Ao proceder à abordagem do
0058. assunto, o Professor Schlee, no exercício da Presidência,
0059. fez uma breve referência à discussão ocorrida na última
0060. sessão do COCEPE na qual, em um primeiro momento, foi
0061. ventilada a possibilidade de os candidatos portadores da
0062. titulação de Doutor ou Livre Docente ficarem dispensados
0063. da defesa de tese, seguindo sistemática adotada pela
0064. UFPel ao longo de vários anos, em nos concursos para a
0065. classe de Professor Titular. No transcurso da discussão -
0066. lembrou o Professor, foram, ainda, levantadas duas outras
0067. alternativas: a primeira, possibilitando ao candidato
0068. portador da titulação de Doutor ou Livre Docente optar ou
0069. não pela defesa de tese; a segunda, de autoria do próprio
0070. Professor Schlee, definindo que no ato da inscrição todos
0071. os candidatos apresentariam as suas teses, defendidas ou
0072. não (para os candidatos portadores da titulação de Doutor
0073. ou Livre Docente, a apresentação da tese que lhes
0074. possibilitara a outorga do título, daria como atendido o
0075. requisito da defesa de tese, cuja aprovação seria aceita
0076. pela Banca Examinadora); para aqueles que não tivessem
0077. defendido a tese, esta seria apresentada e defendida
0078. unicamente para cumprir a exigência do Concurso sem,
0079. contudo, implicar na concessão do título de Doutor ou
0080. Livre Docente. Com isto, todos os candidatos concorreriam
0081. em igualdade de condições. Lembrou o Professor Schlee
0082. que, na última sessão, mesmo após longa discussão sobre a
0083. proposição que levantara, não a submetera à deliberação do
0084. plenário por não se achar suficientemente convencido da
0085. sua aplicabilidade. No entanto, neste momento já não
0086. tinha dúvidas e mantinha a proposta. A seguir colocou o
0087. assunto em discussão. Interveio a seguir o Professor
0088. Jorge Martins, esclarecendo ter provocado o assunto na
0089. última sessão do Conselho Universitário por entender ser
0090. uma competência das instâncias superiores da Universidade
0091. definir uma questão tão importante e, sobretudo, visando
0092. a adoção de um procedimento idêntico em todos os
0093. concursos para titular, nas várias Unidades onde serão
0094. desencadeados. Retomando a discussão, o Professor Schlee
0095. lembrou que na última reunião usara a expressão "valor
0096. residual" quando referiu-se a importância das teses já
0097. defendidas e ao peso que deveriam ter perante as Bancas
0098. Examinadoras, uma vez que diziam respeito a títulos

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº 10/92. Fls. 03

efetivamente conquistados pelos candidatos enquadrados
nessa situação e que, portanto, não poderiam ser
desconsideradas. Destacou o Professor que, com a evolução
dos debates, não houve qualquer proposição no sentido
de que a defesa de tese fosse abolida, o que evidenciava
a seriedade com que o assunto era conduzido. Intervindo a
seguir, a Professora Tânia sugeriu que, em sendo aprovada
a proposição do Professor Schlee, as teses que fossem
defendidas poderiam ser aprovadas "com distinção", ou
"com louvor" ou simplesmente aprovadas, o que
incentivaria os candidatos a apresentarem trabalhos de
qualidade, preservando a excelência do concurso, o que
era uma das preocupações ventiladas pelo Professor
Osório. A discussão ainda prosseguiu por mais algum tempo
com intervenções de vários conselheiros e, ao final, como
houvesse consenso foi deliberado o que segue
relativamente aos Concursos para a classe de Professor
Titular no âmbito da Universidade: 1. Os candidatos
concorrerão às provas definidas regimentalmente; 2. A
apresentação de tese será condição de inscrição no
concurso e sua defesa e aprovação será exigida para os
que não a tenham anteriormente defendido com aprovação
ante Banca de Doutorado ou Livre-Docência; 3. Para os
candidatos que defenderem suas teses perante a Banca
Examinadora, a aprovação poderá ocorrer "com distinção"
ou "com louvor"; 4. A defesa de tese não implicará na
obtenção da titulação de Doutor ou Livre-Docente,
tratando-se de exigência fundamental do concurso; 5.
Poderão inscrever-se: Professores Adjuntos em atividade
na UFPel; Professores Titulares ou Adjuntos em atividade
em outra IES pública; Doutores (se o título houver sido
obtido no exterior, na deverá estar revalidado);
Livre-Docentes, bem como pessoas de Notório Saber,
reconhecido pelos Conselhos Superiores da UFPel; 6.
Comprovação do exercício de, no mínimo, 10 (dez) anos de
magistério superior. A inclusão desse item dependerá de
resposta da Procuradoria Jurídica acerca de consulta que
lhe foi dirigida quanto a propriedade legal da inclusão
dessa exigência; 7. A aceitação da inscrição dependerá de
parecer do Departamento respectivo acerca da pertinência
da titulação do candidato em relação à área de
conhecimento para a qual se realiza o concurso. Através
dos procedimentos previstos nos artigos 274 do Regimento
Geral, deverá ser garantida a publicidade das decisões
pela fixação imediata em quadro mural e o prazo máximo
para recurso será de 5 (cinco) dias; 8. O prazo de
validade do concurso deverá ser relativamente exíguo -
aproximadamente 3 (três) meses, renovável por uma única
vez por igual período, a critério da Reitoria. Deverá ser
incluído dispositivo esclarecendo que a eficácia do
concurso se esgota com o atendimento do objeto. Item 4.
Processos solicitando concessão de título adicional por
Especialização, relatados pelo Professor Veríssimo,
Inicialmente interveio o Professor Schlee, lembrando que
na última sessão do COCEPE, quando da apreciação de um
lote de aproximadamente 80 (oitenta) processos recebidos

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº 10/92. Fls. 04

0155. da CPPD, houvera uma pertinente proposição do Professor
0156. Veríssimo quanto a composição de uma Comissão Especial
0157. que examinaria cada Processo verificando se, de fato,
0158. atendiam as normas emanadas na Resolução 03/92 do COCEPE.
0159. Como resultado dessa avaliação - disse o Professor, foi
0160. detectado o elenco de Processos relacionados na pauta
0161. que, segundo a avaliação da Comissão Especial constituída
0162. pelos Professores Osório e Veríssimo, não estão
0163. perfeitamente caracterizados nas normas, necessitando de
0164. avaliação pelo plenário do COCEPE. Continuando, fez uso
0165. da palavra o Professor Veríssimo procedendo a leitura da
0166. Resolução 03/92 do COCEPE seguida de um relato minucioso
0167. de cada Processo, os quais foram examinados
0168. individualmente por vários Conselheiros de forma a
0169. dirimir as dúvidas apontadas. Como resultado da análise
0170. individual procedida pelo plenário, os Processos foram
0171. divididos em três blocos, com as seguintes deliberações:
0172. 1. Processos nºs 23110.003470/91-01 de Angela Maria
0173. Pachon Elias; 23110.003603/91-03 de Elcy Talayer;
0174. 23110.003422/91-51 de Ettore Augusto R. Anselmo;
0175. 23110.003287/91-15 de Vera Maria S. Holthausen;
0176. 23110.003279/91-89 de Fábio Loredano Patella. Quanto a
0177. estes Processos, o COCEPE deliberou, face a documentação
0178. apresentada, pelo indeferimento da solicitação. 2.
0179. Processos nºs 23110.003400/91-18 de Alfredo Délia Zauk;
0180. 23110.003274/91-65 de Farid Butros Alunan Nader;
0181. 23110.003541/91-40 de Gilce Marlene Wetzel da Cunha;
0182. 23110.000376/92-18 de Lúguelore S. de Souza;
0183. 23110.003386/91-99 de Victorino Piccinini. Relativamente
0184. a estes Processos, o COCEPE deliberou pelo seu retorno
0185. aos interessados para complementação de dados constantes
0186. na documentação (programa, disciplinas, carga horária),
0187. de forma a melhor instruir a análise da solicitação. 3.
0188. Processos nºs 23110.003211/91-45 de Emília Nalva Ferreira
0189. da Silva; 23110.003259/91-71 de Gilda de Mattos Milman;
0190. 23110.003260/91-51 de Maria Elizabeth de Oliveira
0191. Urtiaga; 23110.003281/91-21 de Jonei Domingos Cavali
0192. Pesenti. Com referência a este último grupo, o COCEPE
0193. homologou o parecer favorável emitido pela CPPD quanto a
0194. concessão do adicional por Especialização. Com relação ao
0195. Processo nº 23110.003386/91-99 (bloco 2) do Professor
0196. Victorino Piccinini, o Professor Schleen solicitou fosse
0197. consignada em data a sua abstenção quanto a deliberação
0198. sobre o mesmo. Intervindo, a seguir, o Professor
0199. Veríssimo propôs fosse apreciado "extra-pauta" em uma
0200. solicitação do Conservatório de Música contida no
0201. Processo nº 23110.001378/92-71 propondo a redução do
0202. número de vagas oferecidas no exame vestibular (de 30
0203. para 20) no Curso Superior de Música. A justificativa da
0204. Unidade é centrada no fato de o Curso apresentar
0205. características peculiares tendo uma demanda inferior ao
0206. número de vagas atualmente fixado e tendo os alunos,
0207. dependendo da área de habilitação, necessidade de um
0208. atendimento quase que individualizado. Após algumas
0209. considerações de ordem geral a proposta foi aprovada por
0210. unanimidade. Item 5. Processos relatados pela Comissão

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº 10/92. Fls. 05

0211. de Concursos, tendo como relatora a Professora Tânia
0212. Isolani, 05.1. Processo nº 23110.000236/92-41 da Faculdade
0213. de Direito, encaminhando o resultado final do concurso
0214. para a área de Direito Administrativo. Analisado o
0215. Processo, o COCEPE homologou o parecer favorável emitido
0216. por sua Comissão de Concursos quanto ao resultado final,
0217. que considerou habilitados os candidatos Celso Luiz
0218. Moresco (1º lugar); Fabrício Matielo (2º lugar) e Cláudio
0219. Pinheiro (3º lugar). 05.2. Processo nº 23110.001373/92-57
0220. da Faculdade de Direito, solicitando abertura de edital
0221. de concurso para a área de Direito Processual Penal, em
0222. vaga decorrente da aposentadoria do Professor Carlos
0223. Alberto G. Chiarelli. O COCEPE homologou o parecer
0224. favorável de sua Comissão de Concursos quanto à alocação
0225. da vaga indicada pela Unidade e dados para abertura de
0226. Edital. Processo nº 23110.001119/92-12 da Faculdade de
0227. Medicina, encaminhando dados para abertura de concurso na
0228. classe de Professor Titular - Departamento de Medicina
0229. Social e solicitando a alteração da denominação da área
0230. para Epidemiologia. O COCEPE homologou o parecer
0231. favorável exarado por sua Comissão de Concursos quanto
0232. aos dados indicados para o concurso, bem como à alteração
0233. da área. Processo nº 23110.002264/91-76 da Faculdade de
0234. Medicina, referente ao resultado final do concurso
0235. realizado na área de Ginecologia e Obstetrícia (retorno).
0236. Sobre o Processo, a Professora Tânia referiu que em
0237. sessão anterior o COCEPE já homologara o resultado final
0238. do concurso; entretanto, constatado ter havido erro de
0239. interpretação pela Comissão de Concursos, o mesmo
0240. retornava agora ao plenário para reavaliação. Em seguida
0241. procedeu a leitura do novo parecer emitido pela Comissão
0242. de Concursos elucidando o equívoco ocorrido, o qual
0243. consta do seguinte teor: "O COCEPE, em reunião de 21 de
0244. maio de 1992, aprovou o parecer da comissão de concursos
0245. quanto a homologação do resultado final do Concurso de
0246. Professor Auxiliar na área de Ginecologia e Obstetrícia.
0247. Reexaminando o processo, no entanto, verificamos um
0248. equívoco na interpretação do parecer do Conselho
0249. Departamental da Unidade contido à folha 69 do presente
0250. processo. A colocação feita de que "o sexto candidato não
0251. atingiu o tempo mínimo de duração da aula prescrita nas
0252. normas", foi interpretada quanto a nominata constante no
0253. quadro final de classificação e não na ata nº 3 conforme
0254. está colocado no parecer. Solicitamos, portanto,
0255. reconsideração do parecer anterior alterando a ordem de
0256. classificação, do 2º ao 4º lugar, para a seguinte: SÉRGIO
0257. TESSARO, AFRÂNIO ALBERTO TAVARES KRÜGER E JOSYRES ARMINDO
0258. BUSS GEGCONI. Pelotas, 11 de junho de 1992. Tânia Maria
0259. Pereira Isolani - p/Comissão de Concursos". O COCEPE,
0260. procedido o reexame do Processo, homologou o novo parecer
0261. emitido por sua Comissão de Concursos quanto ao resultado
0262. final do concurso, alterando a ordem classificatória a
0263. partir do 2º lugar, que passa a ser a seguinte: 2º lugar:
0264. Sérgio Tessaro; 3º lugar: Afrânio A. Tavares Krüger; 4º
0265. lugar: Josayres A. Busseti Cecconi. Continuando, a
0266. Professora Tânia solicitou permissão ao plenário para

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº 10/92. Fls. 06

0267. proceder o relato de outros Processos de competência da
0268. Comissão de Concursos, não constantes da pauta, face a
0269. questão de urgência de prazos: no Processo nº
0270. 23110.003365/91-19 da Escola Superior de Educação Física,
0271. encaminhando relação de candidatos inscritos para o
0272. concurso, na área de Ginástica e Saúde - a classe de
0273. Professor Assistente e indicando a Banca Examinadora,
0274. data, hora e local de realização do concurso. O COCEPE
0275. homologou o parecer favorável emitido por sua Comissão de
0276. Concursos quanto a relação de candidatos inscritos,
0277. composição da Banca Examinadora, data, hora, e local de
0278. realização do concurso, Processo nº 23110.003029/91-11 da
0279. Escola Superior de Educação Física, encaminhando relação
0280. de candidatos inscritos para o concurso, na área de
0281. Desportos - a classe de Professor Auxiliar e indicando a
0282. Banca Examinadora, data, hora e local de realização do
0283. concurso. O COCEPE homologou o parecer favorável emitido
0284. por sua Comissão de Concursos relativamente aos
0285. candidatos inscritos, composição da Banca Examinadora,
0286. data, hora e local de realização do concurso. Processo nº
0287. 23110.003254/91-58 do Instituto de Física e Matemática,
0288. encaminhando o resultado final do concurso realizado para
0289. a área de Matemática - a classe de Professor Auxiliar (2
0290. vagas), no qual não houve candidatos aprovados e
0291. solicitando a reabertura do Edital. O COCEPE homologou o
0292. parecer favorável emitido por sua Comissão de Concursos
0293. relativamente ao resultado final do concurso no qual não
0294. houve candidatos habilitados e conseqüente reabertura do
0295. Edital, conforme solicitação da Unidade. Processo nº
0296. 23110.002733/91-75 do Conservatório de Música,
0297. encaminhando o resultado final do concurso na área de
0298. Violão. Quando do exame deste Processo, foi destacado
0299. pela Professora Tânia a pequena diferença entre as notas
0300. dos dois candidatos (um décimo) e, sobretudo, o fato de
0301. as notas da prova escrita virem em planilha que não lhe é
0302. própria e apresentar inúmeras rasuras, o que não deve
0303. absolutamente ocorrer. Após detalhado exame do Processo,
0304. o resultado final do concurso veio a ser homologado, em
0305. conformidade com o parecer, exarado pela Comissão de
0306. Concursos, habilitando o candidato José Homero S. Pires
0307. Jr. (1º lugar) e Adê Souza (2º lugar). Sobre a pequena
0308. diferença de notas entre os dois candidatos, o interveio o
0309. Professor José Rubens chamando a atenção para a
0310. necessidade de ser realizado um estudo com o objetivo de
0311. revisar as normas de concurso, especialmente quanto a
0312. questão do tempo da prova didática, uma vez que
0313. candidatos com altíssima qualificação têm sido
0314. desclassificados dado o rigorismo dessas normas. Processo
0315. nº 23110.001357/92-09 do Professor Renato Rodrigues
0316. Peixoto, da Faculdade de Agronomia, solicitando
0317. desarquivamento de Processo relativo a concurso realizado
0318. no Departamento de Zootecnia, que implicou em
0319. desclassificação de candidato e solicitando revisão da
0320. decisão. Ao relatar o Processo, a Professora Tânia
0321. lembrou que o mesmo fora retirado da pauta na última
0322. sessão e que, agora, estava submetido à consideração do

ef

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº 10/92. Fls. 07

plenário. Em seguida procedeu a leitura das considerações
feitas pelo Professor Peixoto no Processo, cujo teor
consta do que segue: "Pelotas, 02 de junho de 1992. Of.
nº ZE/1/10/92. Ilmo. Sr. Prof. Luiz Henrique Schuch, M.D.
Presidente do COCEPE. Senhor Presidente: Sirvo-me do
presente, na qualidade de Presidente da Comissão
Examinadora do concurso para professor assistente, do
Departamento de Zootecnia da FAEM, na área de Nutrição e
Alimentação Animal (Processo nº 23110.001671/91-84), para
formalizar os termos de minha entrevista com V. Sa., em
26/05/92. Após a realização do concurso, o qual se
caracterizou pela perfeita normalidade administrativa, ao
mesmo, depois de passar pelo Conselho Departamental da
FAEM, foi encaminhado ao COCEPE, tendo sido, pelo mesmo,
homologado em 07/04/92. Desse ato resultou a nomeação de
posse do candidato aprovado em 1º lugar. Acontece que,
passado certo período, fiquei sabendo que o COCEPE havia
alterado a classificação elaborada pela Comissão
Examinadora, desclassificando o 2º colocado (Ivan Pedro
de Oliveira Gomes), passando o 3º colocado (Ivan Luiz
Brondani) para a 2ª colocação, baseando-se em parecer da
Profª Geres Maria Torres Bonatto que disse: "... A banca
havia considerado classificado em segundo lugar o
candidato Ivan Pedro de Oliveira Gomes, porém o mesmo não
completou o tempo mínimo da prova didática, devendo,
portanto, ser desclassificado". "Data venia", permita-me
discordar. E permita-me discordar não somente no aspecto
formal, mas também no aspecto administrativo, e, mais
importante, no aspecto que diz respeito ao mérito e aos
mais altos interesses da Universidade. Em primeiro lugar,
tal como está redigido no Regimento Geral, em seu artigo
247, parágrafo 2º, não se é levado a crer, pelo menos não
necessariamente, que o encerramento da aula antes do 40º
minuto acarrete a desclassificação de candidato. Ora, em
se tratando de (des)classificação, de pena capital, não
poderia o Regimento Geral deixar de consigná-la expressa
e claramente. Mas não o fez. Por que não o fez? Porque,
certamente, dessa não era a intenção dos redatores do
Regimento Geral. Assim que, a interpretação passa a
tornar-se subjetiva. Em meu entender, não foi assim que
interpretei, a pena a ser imposta pelo examinador se
resume em reduzir o grau atribuído à prova didática. Foi
o que a Comissão fez na ocasião. Mas o COCEPE, conforme
V. Sa. me explicou, entendeu de maneira diferente. Mas se
assim o entendeu, deveria tê-lo formalizado por meio de
um ato administrativo, tal como uma resolução ou
portaria. Mas, ainda assim, não seria suficiente.
Impunha-se a sua divulgação e incorporação às normas de
concurso, dela sendo dado conhecimento aos examinadores e
aos candidatos, tão devastadores são os efeitos de uma
desclassificação. Inclusive, neste caso, caberia ao
presidente da Comissão Examinadora, uma vez ocorrendo o
fato, declarar, já, no momento, a desclassificação do
candidato, impedindo seu prosseguimento no concurso. Por
que prosseguir se já está desclassificado? Em segundo
lugar, permita-me também, com todo respeito aos membros

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº 10/92. Fls. 08

0603. do COCEPE, discordar quanto à interferência exercida por
0604. esse Colendo órgão superior, nos termos do parecer da
0605. Comissão Examinadora, ao alterar a classificação dos
0606. candidatos. O parágrafo 1º do artigo nº 266 do Capítulo
0607. IX de nosso Regimento Geral diz: "O Conselho
0608. Departamental referendará o parecer da Comissão
0609. Examinadora e remeterá ao Conselho Coordenador do Ensino
0610. e da Pesquisa para homologação". (o grifo é nosso). Isso
0611. significa que o COCEPE só tem o poder de homologar ou não
0612. o parecer da Comissão Examinadora. Nada mais. Em meu
0613. parco entender, o que pode ser feito, constatada alguma
0614. irregularidade ou lacuna no parecer da Comissão
0615. Examinadora, é devolvê-lo para uma reavaliação. Caso não
0616. fosse assim, o COCEPE passaria a funcionar como comissão
0617. examinadora, o que, evidentemente, não é o caso. Em
0618. terceiro lugar, permita-me expender algumas
0619. considerações, a título de colaboração, quanto aos
0620. aspectos de mérito e de interesse da Universidade. Será
0621. que medida tão radical, como a de desclassificar
0622. candidato que não cumpriu os 40 minutos de aula, consulta
0623. o interesse maior que é o de incorporar o melhor
0624. candidato ao seu corpo docente? Será preferível aprovar
0625. candidato sofrível que deu 40 minutos de aula, em
0626. detrimento de candidato brilhante que teve a
0627. infelicidade, por exemplo, de encerrar sua aula no 39º
0628. minuto? É claro que não. Isso não se compatibiliza com o
0629. elevado espírito que deve nortear as ações
0630. universitárias, repositório da cultura de uma nação. E
0631. certamente foi por isso que não ficou expressa nas regras
0632. do concurso tal norma tão drástica. Senhor Presidente,
0633. tendo em vista as considerações supra, que foram geradas
0634. pelo desejo de colaborar e aperfeiçoar e mesmo impedir
0635. que, no futuro, candidatos, sentindo-se prejudicados,
0636. venham a ingressar em juízo contra a nossa Universidade,
0637. tomo a liberdade de submeter à elevada apreciação de V.
0638. Sa. o presente pedido de desarquivamento do processo aqui
0639. aludido para nova avaliação pelo COCEPE, no que diz
0640. respeito à desclassificação do candidato. Atenciosamente.
0641. Prof. Renato Rodrigues Peixoto". Colocado o Processo em
0642. discussão, houve unanimidade de opiniões em manter a
0643. decisão anterior quanto à desclassificação do candidato
0644. que não cumprira o tempo mínimo para a prova didática, -
0645. mantendo assim a homologação do parecer da Comissão de
0646. Concursos, uma vez que as normas constantes do Regimento
0647. definem claramente o tempo mínimo e máximo para a
0648. execução das provas e "não se pode entrar no mérito de
0649. uma decisão formal". Ao cabo da discussão, o COCEPE
0650. deliberou pelo indeferimento da solicitação. Processo nº
0651. 23110.001982/91-34 da Faculdade de Direito, encaminhando
0652. o resultado final do concurso para a área de Direito
0653. Internacional Público e Direito Internacional Privado, no
0654. qual não houve candidatos habilitados e solicitando a
0655. reabertura do Edital, mantidos os mesmos dados. Após
0656. analisar o Processo, o COCEPE homologou o parecer emitido
0657. por sua Comissão de Concursos quanto ao resultado final
0658. do concurso no qual não houve candidatos habilitados, bem

CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO
- COCEPE. ATA Nº 10/92. Fls. 09

1559. como à reabertura do Edital. Processo nº
1560. 23110.000979/92-75 do Instituto de Sociologia e Política,
1561. encaminhando a definição da área - Ciência Política para
1562. concurso a ser realizado naquela Unidade em vaga já
1563. alocada pelo COCEPE. O COCEPE aprovou a definição da área
1564. e deliberou pelo retorno do Processo à Unidade para
1565. complementação de dados com vista a abertura do edital.
1566. Nada mais havendo para tratar o Professor Schlee, no
1567. exercício da Presidência, colocou a palavra à disposição
1568. dos presentes. Como dela ninguém mais desejasse fazer
1569. uso, deu a sessão por encerrada. Do que, para constar,
1570. eu, *Janina* Leonor Lima de Faria, Secretária dos
1571. Conselhos Superiores, lavrei a presente Ata que, após
1572. aprovada, será igualmente assinada pelo Senhor
1573. Presidente. .x.
1574. novecentos e noventa e dois, com início às oito horas e
1575. trinta minutos, no Gabinete da Vice-Reitoria, realizou-se
1576. uma reunião ordinária do Conselho Coordenador do Ensino,
1577. da Pesquisa e da Extensão - COCEPE, da Universidade
1578. Federal de Pelotas, a qual, previamente convocada e
1579. presidida pelo Professor Alvar Garcia Schlee, Professor
1580. mais antigo na carreira do magistério dentre os membros
1581. do referido Conselho, contou com a participação dos
1582. seguintes conselheiros: Professores Luiz Antonio
1583. Veríssimo Corrêa, em substituição à Pró-Reitoria de
1584. Graduação e Assistência; Jorge Umberto Bério, em
1585. substituição ao Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação;
1586. Jorge Luis Martins, suplente da Representante do Conselho
1587. Universitário; Elizabeth de Souza Rodrigues Póvoa,
1588. suplente do Representante da área de Ciências Agrárias;
1589. Paulo Domingos Miêres Caruso, Representante da área de
1590. Ciências Exatas e Tecnologias; Tânia Maria Pereira Icolan,
1591. Representante da área de Ciências da Saúde e Biológicas;
1592. Maria de Lourdes Valente Reyes, Representante da área de
1593. Letras e Artes e José Rubens Silveira Azevedo,
1594. Representante da área de Ciências Humanas. Não
1595. compareceram os Professores Luiz Henrique Schuch,
1596. Vice-Reitor da UFPel e Cécilia Maria Torres Bonatto, estes
1597. por se encontrarem licenciados e mais os Acadêmicos Ercy
1598. Laíante Pereira e Luizane Luz de Lima. Verificada a
1599. existência de quorum legal, o Professor Schlee, no
1600. exercício da Presidência, declarou aberta a sessão
1601. passando, de imediato, ao exame da ordem do dia. Item 1.
1602. *Apreciação da ata da sessão anterior.* Foi justificada a
1603. não apresentação do documento em razão do acúmulo de
1604. trabalho na Secretaria dos Conselhos. Item 2.
1605. *Correspondência recebida.* O Professor Schlee submeteu à
1606. consideração dos presentes o Processo nº
1607. 23110.001384/92-73 do Instituto de Física e Matemática,
1608. solicitando a prorrogação por um ano do prazo de validade
1609. do concurso para a área de Física Moderna. A proposta foi
1610. aprovada pelo plenário. Item 3. *Processo nº*
1611. *23110.000565/92-82 do Instituto de Física e Matemática,*
1612. *referente ao projeto de criação do Curso de Bacharelado*
1613. *em Informática - retorno, tendo como relatoras os*